

AS DIFICULDADES DE CONSTRUÇÃO DE PROJETOS CIVILIZACIONAIS CAPAZES DE COMBATER AS DESIGUALDADES E AS EXCLUSÕES NO BRASIL

As reflexões de Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado e Raymundo Faoro

Maria José de Rezende¹

Universidade Estadual de Londrina, Paraná-Brasil

Resumo: A finalidade deste artigo é demonstrar que alguns pensadores sociais brasileiros (Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado e Raymundo Faoro) estiveram empenhados na elaboração de análises propositivamente voltadas para a transfiguração da sociedade e do Estado brasileiro. Considera-se que como homens de ciência e homens de ação eles estavam procurando caminhos por onde o país pudesse construir um projeto civilizacional que deve ser entendido como um projeto de nação apto para combater as exclusões e as desigualdades nas diversas esferas da vida social. Suas reflexões e propostas de ação para a construção de uma educação pública e universal, para a formação de instituições e de procedimentos políticos democráticos e para a geração de mecanismos eficazes para desconcentrar rendas e recursos, podem ser tomadas como parte de seus empenhos rumo a mudanças sociais substantivas no Brasil.

Palavras chave: *projeto civilizacional, mudança social, desigualdades, exclusões*

Difficulties in developing civilizational projects capable of fighting inequalities and exclusions in Brazil: Fernando de Azevedo's, Sérgio Buarque de Holanda's, Celso Furtado's, and Raymundo Faoro's reflections

Abstract: The purpose of this article is to show that some Brazilian social thinkers (Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado and Raymundo Faoro) were committed to designing analyses proactively concerned with the transformation of the society as well as the Brazilian State. It is considered that, as men of science and men of action, they were searching for ways through which the country could build a civilizational project that should be understood as a nation's project, able to fight exclusions and inequalities in the several spheres of social life. Their reflections and action proposals for the building of a public and universal education, for the establishment of institutions and democratic political procedures and for the creation of effective mechanisms to income and resources, can be understood as part of their commitment towards substantial social changes in Brazil.

Keywords: *civilizational project, social change, inequalities, exclusions*

¹ Investigadora-profesora de Sociología en la Universidad Estadual de Londrina, en Paraná, Brasil; doctora en Sociología por la Universidad de São Paulo. Líneas de investigación: Estado y democracia en Brasil, pensamiento social y político brasileño, política brasileña, teorías de cambio social, desigualdades y exclusiones en Brasil hoy. Actualmente desarrolla el proyecto de investigación intitulado: "A multidimensionalidade das teorias de mudança social no Brasil na segunda metade do século XX". Publicaciones recientes: *A transição como forma de dominação política* (1996) e *Ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade* (2001), ambos publicados por la editorial Edue. Es también coautora de otros libros como: *Direitos humanos e educação* (Cortez/2005) y *Ciências Sociais na atualidade* (Paulus/2009). Correo eletrônico: mjderezende@gmail.com

Introdução

Fernando de Azevedo (1894-1974), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Celso Furtado (1920-2004) e Raymundo Faoro (1925-2003) buscaram compreender os entraves negadores da construção de projetos nacionais que levassem o país à democracia e à distribuição de recursos e rendas. Derrotar um Estado autoritário que drena recursos, décadas após décadas, séculos após séculos, para alguns segmentos sociais que capturam para si todas as vantagens da manutenção de procedimentos não democráticos, era uma das maiores preocupação daqueles quatro últimos pensadores. O desequilíbrio de poder de acesso aos recursos do Estado seria, então, para eles, revelador das dificuldades de constituição de procedimentos geradores de um processo civilizador, entendido como o resultado de um aprendizado social e individual que se direciona rumo à geração continuada de condições melhores de vida para todos.

Considera-se, então, neste artigo, que, se o processo civilizacional for pensado como a construção de um projeto coletivo de nação voltado para subordinar interesses e pulsões individuais a interesses sociais que levem à melhoria das condições de existência de todos, pode-se afirmar o seguinte: ainda que os pensadores sociais discutidos, neste artigo, não se utilizassem abertamente da noção de projeto civilizacional havia uma preocupação em suas reflexões, tanto com o que vem sendo problematizado pelas Ciências Sociais ao longo dos séculos XIX e XX com os temas (des) (in) civilização que atravessaram as discussões de Spencer, Comte, Durkheim, Simmel, Weber, Sombart, etc. quanto com o que Norbert Elias veio a definir, em muitos textos, como processo civilizacional, o qual tem como norte principal a distribuição de poder e de oportunidades. Segundo este último, se os recursos de poder são monopolizados por alguns segmentos sociais há aí uma dificuldade de caminhar rumo à construção de canais de participação no interior da sociedade civil e de comunicação entre governantes e governados.

Os escritos de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Celso Furtado e Fernando de Azevedo expressaram sempre essa preocupação com a construção de procedimentos com capacidade de enfrentar as dificuldades de distribuição do poder no Brasil. Suas indagações eram: como construir, no país, canais de participação eficazes para tecer, de fato, uma comunicação democrática, entre os diversos estratos sociais e, em vista disso, apropriados para balizar as ações dos segmentos dirigentes. A discussão de Celso Furtado (1997) sobre as ações políticas dos movimentos organizados da sociedade civil no final da década de 1950 e início da de 1960, pode ser tomada como exemplo, de uma tentativa de detectar nos meandros da luta política, dos conflitos e dos embates, as indicações de que o país estava prestes a criar canais de participação e de comunicação que balizassem as ações dos segmentos dirigentes e dominantes.

Ao se empenharem na defesa tanto de um desenvolvimento social (Celso Furtado, 1964; 1992; 1998; 1999; 2002); de uma modernidade que se opunha à modernização (Faoro, 1991; 1994); de uma democracia redefinidora da vida política de modo que não fosse mais possível que a maioria da população fosse apenas figurantes mudos reforçadores de alguns interesses e projetos individuais e/ou de grupos alheios aos interesses da maioria (Holanda, 1972; 1972^a; 1976; 1987), quanto de uma educação pública e universal geradora de indivíduos que se ocupassem dos interesses coletivos e compreendessem a necessidade da participação política (Azevedo, 1958; 1962; 1996), esses pensadores deixavam evidente que concebiam a mudança social e política como um processo civilizacional com capacidade de produzir modificações que levassem, de modo contínuo e duradouro, a transfiguração do país no que diz respeito à vida social e política.

As reflexões desses intérpretes do Brasil comungavam com muitas outras discussões das Ciências Sociais, desenvolvidas no decorrer do século XX, sobre a possibilidade ou não de construir, no país, indivíduos e instituições, de fato, democráticos que se fortificariam

cotidianamente através de múltiplas ações e procedimentos. O pano de fundo desse debate era aquele deixado pela Segunda Guerra Mundial que havia posto às claras a impossibilidade dos processos civilizacionais garantirem a supressão definitiva dos processos descivilizacionais².

Esclarece-se, então, que o problema sociológico que será desenvolvido neste artigo é o seguinte: Ao problematizarem a questão da distribuição de recursos de poder e de rendas, quais dificuldades de construção de processos civilizacionais os pensadores sociais Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado e Raymundo Faoro indicavam existir no país? Detectavam eles a impossibilidade perene de o país formular um projeto de nação pautado nos interesses coletivos? O que cada um deles propunha e por que tais proposições guardam semelhanças com a noção de processo civilizacional de Norbert Elias?

1.- Esclarecendo a noção de projeto civilizacional em Norbert Elias

Como a preocupação deste artigo é traçar um paralelo entre as discussões de alguns pensadores sociais brasileiros com a noção de processo civilizacional de Norbert Elias, faz-se necessário esclarecer os principais aspectos norteadores de tal noção no interior dos escritos deste último. Antes de tudo, esclarece-se que não se tem qualquer intenção de realizar um encaixe das reflexões de Elias à realidade social brasileira³. Não se está buscando também fazer aproximações forçadas entre os intérpretes do Brasil e o sociólogo alemão. O objetivo circunscreve-se somente ao seguinte: demonstrar que o exame das obras de alguns pensadores brasileiros aponta para uma percepção de mudança social que se assemelha à noção de processo civilizacional de Norbert Elias. Ao dizer que há aproximações não se quer apagar os distanciamentos entre as suas análises que tinham, como pano de fundo, realidades sociais bastante distintas⁴.

O que é um processo civilizacional para Elias? É a construção e sedimentação de uma autorregulação tanto individual quanto social. Individual no sentido de que as pessoas, através de um aprendizado social, desenvolvem aptidão para controlar suas pulsões e seus impulsos e, assim, podem voltar-se cada vez mais para um processo de identificação e de empatia com os demais indivíduos (Elias, 2006)⁵. Da coação social à

² Havia, por parte de muitos pensadores humanistas e democráticos, uma sensação de derrota derivada das atrocidades conhecidas nas décadas de 1930 e 1940. Não havia mais dúvida de que as evoluções e as regressões caminhavam paralelamente. Cientistas como John Dewey (1929), Karl Mannheim (1972; 1967), entre outros, influenciavam vários pensadores no Brasil (Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Celso Furtado) que tinham seus escritos voltados para a proposição de um conjunto de procedimentos aptos para transfigurar a sociedade em suas diversas esferas. Anísio Teixeira, influenciado por Dewey fazia a seguinte afirmação: "Conceber a democracia como uma fé humanística, compreendendo um programa de educação, de ciência, de arte, de moral (...), tanto quanto de indústria, de economia e de política, para assegurar o despertar, o amadurecer, o florescer e o frutificar de todas as potencialidades da natureza humana" (TEIXEIRA, 1970, p.6).

³ Ademir Gebara (2005; 2008; 2009) tem feito análises interessantes, acerca da realidade brasileira, inspiradas em Norbert Elias. Sua reflexão sobre os processos de (des)civilização para pensar o processo de colonização no Brasil fornece muitas pistas de como é possível construir discussões inspiradas em N. Elias.

⁴ Sobre os usos de Norbert Elias para pensar a América Latina, ver: (Carvalho e Brandão, 2005; Kaplan, 2008; Kaplan e Orce, 2009).

⁵ Há alguma possibilidade de fazer correlação entre as reflexões de Elias e os contextos Latino-americanos atuais marcados, ao longo da história, pela ausência de processos civilizacionais? Certamente sim. Recentemente, em razão do terremoto, o cientista político haitiano Robert Fatton Jr. fez uma afirmação que aponta para a falta total de empatia das elites haitianas com a maioria da população. Essa seria uma das razões da miserabilidade, da pobreza, da violência, do analfabetismo, do desemprego, etc. que assolam o país há décadas. Ele afirma: "O terremoto afetou a todos, pobres e ricos. Claro que muitos dos ricos têm

autocooção há um longo percurso que vai demonstrando as teias de interdependências que os seres humanos vão tecendo ao longo do processo histórico.

“Pode-se dizer que entre os principais critérios para um processo de civilização estão as transformações do *habitus* social dos seres humanos na direção de um modelo de autocontrole mais bem proporcionado, universal e estável. Sem jamais se libertarem completamente das coações exteriores, as autocooções ganham maior autonomia no curso do processo humano de civilização, em contraposição às coações exteriores. A simetria da autorregulação na relação entre todos os seres humanos e em quase todas as situações da vida cresce. (...) Em conexão com a crescente autonomização das instâncias individuais de autorregulação – das quais fazem parte o entendimento e a consciência, o ego e o superego -, amplia-se também manifestamente o alcance da capacidade de um ser humano de se identificar com outros seres humanos, em relativa independência do grupo a que pertençam, e portanto amplia-se também sua capacidade de sentir simpatia por eles. Descivilização significa então uma transformação em direção oposta, uma redução do alcance da simpatia” (Elias, 2006, p.24-5).

Norbert Elias afirma que são variadas as formas de desenvolvimento dos processos civilizacionais. Isso porque esses últimos são levados a cabo por figurações⁶ (família, escola, Estado, partidos, organizações e movimentos políticos diversos) distintas que possuem ora mais ora menos possibilidade de impulsionar mudanças sociais. Se há um contínuo processo (da Idade da Pedra aos dias de hoje) civilizacional há também um contínuo “contraproceto descivilizacional” (Elias, 2006, p.22) que até a atualidade não conseguiu prevalecer. Tem sido dominante, afirma ele, os processos civilizacionais, o que não significa que assim continuarão sendo eternamente. O que tem estado na base destes últimos é o “deslocamento progressivo dos equilíbrios de poder” (Elias, 2006, p.22).

Ao admitir os processos especiais de civilização, Norbert Elias oferece elementos para rechaçar as críticas que o acusam de eurocentrista. Tais críticas insistem que a ideia de civilização, nos escritos de Elias, reiteraria um olhar puramente europeu sobre o mundo. É esta a visão do antropólogo Jack Goody, em *O roubo da história* (2008) que afirma que em *O processo civilizador*, de Elias (1994), verifica-se uma fragilidade comparativa, uma vez que o sociólogo alemão não tinha conhecimento de pesquisas acerca de outras partes do mundo (África, Ásia) onde existiam grupos populacionais que haviam também desenvolvido formas de controle do comportamento, da violência e das pulsões individuais.

No livro *Norbert Elias por ele mesmo* (2001), há uma longuíssima entrevista de quase 80 páginas que pode ser tomada em defesa de Elias, pois nela ele faz uma discussão sobre Gana, país africano em que ele viveu e pesquisou durante alguns anos. Recusando-se a

mais condições de reagir à catástrofe, mas há outros que perderam tudo. Acho que isso pode forçar a minoria rica a ver a situação do país com olhos diferentes, com mais simpatia pelos haitianos comuns. Claro, a experiência histórica não recomenda otimismo, mas a catástrofe é tão grande que talvez possa mudar percepções e a maneira como as pessoas se tratam” (FATTON Jr, 2010, p.16).

⁶ Norbert Elias diz que há figurações de estrelas, plantas e animais. Todavia, somente os seres humanos produzem figurações uns com os outros. O mundo simbólico é o amalgama das figurações entre os homens. Aprendem-se, socialmente, inúmeros símbolos que alimentam as figurações mantendo-as e/ou transformando-as. Nenhum indivíduo é um agente em si mesmo, assim como não há um sistema que paira sobre os indivíduos singulares. Contra essas duas perspectivas é que Elias formula a teoria figuracional que tem como pressuposto que as pessoas juntam-se em figurações específicas, umas com maior e outras com menor capacidade transformativa. Indivíduos e figurações transformam-se ençadeadamente, mas de modo distinto. Segundo ele, as pessoas podem ter mais autonomia em relação a algumas figurações e muito menos em relação a outras. Ocorre o mesmo com as figurações. Algumas são mais autônomas em relação a alguns indivíduos, mas não há qualquer possibilidade de existir figurações que sejam autônomas em relação a todos os indivíduos (Elias, 2006).

utilizar a expressão cultura primitiva para definir a condição de Gana ele chamava a atenção para a expressão exata a ser empregada: “cultura menos diferenciada”. O que não significava que a vida fosse lá menos ritualizada e formalizada.

Não há, infelizmente, como entrar nesse debate no âmbito deste artigo. Porém, mesmo sem desconsiderar os argumentos importantes de Jack Goody quanto à ausência de um debate em Elias sobre a extensão do processo civilizacional a povos não europeus de modo geral, acredita-se que há textos (2006; 2001), escritos algumas décadas depois de *O processo Civilizador*, que contêm indicações interessantes acerca da possibilidade de estender a comparação sistemática entre as sociedades europeias e não-europeias. Ele afirma que uma de suas descobertas mais relevantes é a de que “só se pode descobrir a estrutura das sociedades comparando-as de maneira sistemática” (Elias, 2001, p.66).

Em entrevista publicada no livro *Norbert Elias por ele mesmo* (2001), ele afirma que algumas sociedades e/ou agrupamentos humanos podem constituir avanços civilizacionais em algumas esferas, por exemplo, no âmbito da família, da sexualidade, mas não em outros, como no âmbito da política. Vê-se, assim, que o processo civilizacional não é algo interiço, maciço, homogêneo, o que vale também para as sociedades europeias.

“São os processos especiais de civilização que – de tribo para tribo, de nação para nação, em suma, de unidade de subsistência para unidade de subsistência – diferem em função das particularidades de seu destino social. Analogamente, é variado o desenvolvimento dos processos especiais de civilização, assim como de cada figuração dos modelos de civilização. Estes últimos encontram uma de suas expressões mais prementes no *habitus* social comum dos indivíduos que formam entre si uma determinada unidade de subsistência, por exemplo uma tribo ou Estado. Eles são herdeiros não só de uma linguagem específica, mas também de um modelo específico de civilização e, portanto, de formas específicas de auto-regulação, que eles absorvem mediante o aprendizado de uma linguagem comum e nas quais, então, se encontram: no caráter comum do *habitus* social, da sensibilidade e do comportamento dos membros de uma tribo ou de um Estado nacional” (Elias, 2006, p.23).

Para este artigo interessa sobremaneira as relações feitas por Norbert Elias entre processo civilizacional e processo de construção do Estado e das nações. São fundamentais também as suas discussões sobre desenvolvimento econômico industrial, progresso técnico e processo civilizacional. Recusando-se a pensar em termos de causa e efeito, ele trabalhou os impulsos e os contraimpulsos alternados e derivados de ações planejadas e não-planejadas que foram se entrelaçando durante um longo período de tempo.

Alguns pensadores sociais selecionados para este estudo indagavam se o desenvolvimento industrial e técnico propiciaria melhorias na vida dos brasileiros de modo geral e se a ampliação do conhecimento acerca de novos modos de produzir os meios materiais levaria a modificações sociais substantivas. Até que ponto a ampliação da base educacional (Fernando de Azevedo), do desenvolvimento economicossocial (Celso Furtado), dos espaços de cidadania e de uma representação política substantivas (Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda) melhoraria a vida dos brasileiros em geral. Por isso, considera-se possível dizer que eles ao se ocuparem, mesmo sem se utilizar necessariamente este termo, em identificar se havia, no país, avanços civilizacionais, eles descortinaram um amplo processo descivilizacional ao lançar luzes sobre as ações dos diversos segmentos sociais para impedir, de modo intencional ou não, a efetivação de canais de participação que possibilitassem gerar canais de comunicação entre os detentores do poder e os demais segmentos sociais. A descivilização eternizou,

segundo eles, um desequilíbrio de poder que foi se reproduzindo nas diversas conjunturas históricas.

Fernando de Azevedo, por exemplo, defendia um processo educacional em cuja essência geravam-se indivíduos que desenvolveriam uma aptidão para a cooperação e para a identificação com os problemas dos outros. Para ele não haveria progressos sociais se os indivíduos não desenvolvessem um profundo interesse pela existência de todos os demais. Estava sempre em questão, no âmbito de seus escritos, a melhoria da vida social como um todo. Quando eles pensavam na construção de um Estado que se ocupasse do bem-estar coletivo e da distribuição de rendas e recursos; mediante a ampliação não só de canais de participação e de comunicação entre os diversos segmentos sociais, mas também do conhecimento e da educação pública e universal, os intérpretes do Brasil tinham em mente a criação de possibilidades de diminuição do sofrimento social de modo geral. Isso está, segundo Elias, no âmago do processo civilizacional. Sendo assim, mesmo sem problematizarem sociologicamente tal noção, ela pode ser tomada como pano de fundo de suas preocupações.

Se o processo civilizacional relaciona-se à autorregulação que se adquire como forma de tornar possível a vida social, pode-se verificar que esta última é pensada pelos intérpretes do Brasil como dificultosa em razão da pouca densidade dos interesses coletivos. A construção destes últimos aparece, em seus escritos, como um dos maiores desafios para o país nos anos vindouros.

Segundo Norbert Elias, a teoria do processo civilizador sugere que a autorregulação não é idêntica em todas as sociedades. Ela é menos permanente, menos duradoura em alguns países (os menos desenvolvidos, por exemplo), por isso existia a necessidade de estudar o quão efetivo são, nas sociedades especificamente pesquisadas, os padrões sociais de auto-orientação, autocontenção (Elias, 1998) e autoguiamento (Elias, 2006). A análise da vida legal, da vida política, da vida econômica, da vida cultural (a submissão às regras, aos valores, etc.) fornece os elementos reveladores dos (des)caminhos de uma nação.

A necessidade de desenvolvimento de um padrão social de regulação das relações que compunham as várias esferas da sociedade brasileira torna-se uma demanda constante nos escritos dos pensadores sociais aqui discutidos. No âmbito social, no político, no econômico, no educacional urgia a geração de mudanças sociais eficientemente voltadas para transfigurar as mazelas sociais do país. Fernando de Azevedo e Sérgio Buarque de Holanda insistiam que o desenvolvimento social só se tornaria efetivo se fossem modificadas tanto a estrutura social quanto a estrutura de personalidade e de mentalidade dos indivíduos. Daí o papel primordial do investimento na educação, no caso do primeiro, e da transfiguração da vida política, no caso do segundo. Tais mudanças teriam de atingir os indivíduos e as instituições ao mesmo tempo.

2.- Fernando de Azevedo e o empenho para indicar caminhos civilizacionais para o país

A obra *A cultura brasileira*, publicada pela primeira vez em 1942, é parte do debate havido na primeira metade do século XX acerca da diferença e/ou oposição e/ou aliança entre os conceitos de cultura e de civilização. Desse debate participaram muitos cientistas⁷. Dentre eles Alfred Weber (1960) e Norbert Elias (1994) destacaram-se. Mas há também

⁷ Marshall Sahlins (1997) esclarece as nuances principais desse debate.

pensadores como Arbousse Bastide (1935), Wilhelm Von Humboldt⁸, Émile Durkheim (1910), Marcel Mauss (1931), entre outros, que fizeram uma discussão sobre a noção de civilização que esteve na base das reflexões de Fernando de Azevedo.

Pode-se perguntar o seguinte: De que maneira este último entrava no debate sobre a oposição entre os conceitos de cultura e de civilização? Pode-se dizer que de forma bastante distinta de Norbert Elias em *O processo civilizador*, mesmo porque o seu objeto de estudo não era a busca da fundamentação sociológica dessa oposição, mas sim encontrar nesses dois conceitos uma maneira de analisar a cultura brasileira e a civilização brasileira. Duas noções que não se opunham, mas sim se interpenetravam. A noção de cultura e a noção de civilização eram pensadas como indissociáveis. Ele afirmava que, na verdade, estava se pautando numa aliança entre essas duas noções, uma vez que, somente se pensadas de maneira inseparáveis, era possível desenvolver uma perspectiva humanista e fecunda.

Norbert Elias (2001, p.66) afirma que a primeira parte de seu livro *O processo civilizador* objetivava demonstrar que “os alemães davam mais importância à cultura, ao passo que os franceses privilegiavam a civilização”. Mesmo sem ter conhecimento do livro de Elias, que era de 1939, mas que somente foi descoberto por um público maior a partir da década de 1970, Azevedo partia do pressuposto de que as duas noções tinham de ser pensadas como aliadas. Não havia, então, relação de superioridade e inferioridade entre elas. Parece que ele queria ressaltar que entre os povos latino-americanos essa separação não fazia sentido e muito menos o fazia essa relação de assimetria entre as noções de civilização e de cultura.

“Parece nos aceitável a distinção estabelecida por Humboldt⁹ [1767-1835], quando define civilização por ‘tudo que, na ordem material, no desenvolvimento dos costumes e na organização social, tem por efeito tornar os povos mais humanos nas suas instituições e mentalidade, consideradas em relação a essas instituições’; e reserva a palavra *kultur* para designar uma nuance de refinamento, marcado pelo estudo desinteressado das ciências e das artes. A palavra civilização toma, para Humboldt¹⁰, um sentido mais amplo, abrangendo, no seu conteúdo conceitual, não só a técnica mecânica, as aplicações das ciências à vida material (...) como certas qualidades de espírito, que acentuam os aspectos morais e intelectuais da civilização. A ideia de polidez, de refinamento e de cultura está, para os latinos, tão ligada à de civilização (...) que essa palavra lhes evoca sempre doçura de costumes, isto é, um certo equilíbrio entre o desenvolvimento intelectual e moral e a organização social” (Azevedo, 1996, p.33).

Desde a sua principal obra intitulada *A cultura brasileira* (1996), Fernando de Azevedo encontrava-se preocupado com o tipo de unidade civilizacional que teria sido construída, no país, desde os primórdios da colonização. Ele partia do pressuposto de que todas as tentativas de construir uma unidade de valores, costumes e de cultura imposta pela educação jesuítica teria sido uma obra de uniformização que teve enormes consequências para a vida social brasileira. Ele afirmava que “a unidade civilizacional dos portugueses nos trópicos somente deram frutos em razão do combate espiritual travado pela companhia jesuítica” (Rezende, 2005, p. 181).

⁸ Fernando de Azevedo citava Wilhelm Von Humboldt como Guilherme Von Humboldt porque algumas edições espanholas da obra desse pensador alemão trazem também traduzido o primeiro nome do respectivo autor.

⁹ Trata-se do filósofo e diplomata alemão Wilhelm Von Humboldt. Entre seus livros estão: *Los limites de la acción del Estado* (2009); *Diário de viaje a España: 1799-1800* (1998), entre outros. Ele era irmão do naturalista Alexander Von Humboldt.

¹⁰ Sobre W. Von Humboldt, ver: (DONATELLA, 2006).

A primeira indagação que vem à mente ao ler essa passagem, acerca da noção de processo civilizacional de Fernando de Azevedo, é a seguinte: Estaria ele partilhando da ideia de que a colonização europeia seria positiva porque teria trazido para a América um projeto civilizacional que rechaçou os valores, a mentalidade, a cultura dos nativos que aqui viviam? É preciso considerar que Fernando de Azevedo dá indicações, em seus textos, de que havia uma luta entre processos civilizacionais distintos. Os indígenas formavam uma civilização possuidora de uma unidade espiritual que os colonizadores europeus se empenharam em quebrar e dela distanciá-los. Estes últimos obtiveram sucesso porque investiram pesadamente no dismantelamento de culturas e de valores que eram diversos e distintos dos interesses econômicos e políticos que moviam os colonizadores.

Fernando de Azevedo enfatizava que a cultura era uma condição moral, intelectual e artística. E, portanto, tinha ela de ser pensada como fecunda na construção de uma civilização voltada para tornar a vida social cada vez mais atenta às necessidades humanas, intelectuais, artísticas, materiais, políticas de toda a coletividade. Desse modo, compreende-se a sua dedicação à transmissão da cultura pensada como o conjunto de conhecimento, saber, técnica, arte, moral, etc. Ele alertava que sua forma de conceber a cultura estava altamente influenciada pela forma europeia de tratar tanto a cultura quanto a civilização.

“A cultura, pois, nesse sentido restrito, e em todas as suas manifestações, filosóficas e científicas, artísticas e literárias, sendo um esforço de criação, de crítica e de aperfeiçoamento, como de difusão e de realização de ideais e valores espirituais, constitui a função mais nobre e mais fecunda da sociedade, como a expressão mais alta e mais pura da civilização” (Azevedo, 1996, p.34).

Verifica-se que a análise de Azevedo estava inteiramente filiada às perspectivas que trabalhavam com uma noção linear do processo civilizacional. Ele concebia este último como dotado de um percurso diretivo, ou seja, uma vez encadeada sua expansão, haveria sempre avanços no que diz respeito à produção tanto dos fenômenos de cultura quanto dos de civilização. Não eram discutidos os processos de descivilização que acompanham todas as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. Uma vez lançadas as primeiras pedras visando construir os pilares de uma civilização e de uma cultura que se aliavam para potencializar-se mutuamente, não haveria, ao menos facilmente, reversões definitivas.

Há ainda outro aspecto de suas discussões que deve ser destacado: é sua perspectiva centrada na relação entre causa e efeito. A industrialização e a urbanização são apontadas como causas e o processo de avanços culturais e civilizacionais são postos como efeito. Norbert Elias alerta sobre os riscos de simplificação que se correm quando se tenta eleger alguns aspectos como detentores da capacidade de explicar inteiramente o processo civilizacional. Fernando de Azevedo tinha dúvidas sobre a possibilidade de associar superficialmente a vida urbana à maior nível civilizacional, tanto que ele afirmava que se havia uma exacerbação da condição de civilidade era porque as cidades metamorfoseavam as ideias, os costumes, enfim, toda a cultura.

À luz dos escritos de Norbert Elias pode-se dizer que Fernando de Azevedo tentava identificar algumas fórmulas indicadoras de avanços civilizacionais e culturais. A educação seria uma dessas fórmulas. Há, em seus escritos, dificuldade de lidar com a interação de vários processos formadores de jogos configuracionais que vão também se constituindo em obstáculos para as impulsões de processos civilizacionais duradouros e

apropriados para transfigurar a vida social brasileira. Sua aposta na educação nova¹¹ (enquanto causa), como fator de potencialização da civilização (como efeito) brasileira, pode ser lida como dotada de expressiva direcionalidade, já que ela provavelmente evitaria todas as regressões ao implantar e solidificar os princípios de igualdade, solidariedade e cooperação. “A criação do homem nacional, cujos interesses coletivos deveriam estar acima dos interesses particulares, constituía o eixo central do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, do qual Fernando de Azevedo foi redator” (Rezende, 2003, p.75).

A educação tinha de se constituir, para Azevedo, fator de autorregulação tanto individual quanto social. Verifica-se, então, que, para ele, a interpenetração entre escola e sociedade modificaria a vida social como um todo. A economia seria mais bem fundada na cooperação, a política assentar-se-ia nos interesses democráticos e coletivos. Haveria, também, a expansão de uma mentalidade voltada para uma nova forma de agir em todos os segmentos sociais. Todos seriam transformados rumo a um maior interesse pelas instituições públicas e pela democracia.

E por que cabia a escola este papel primordial no processo civilizador? Porque era ela “um instrumento de ação contínua” (Azevedo, 1958, p.18) e com capacidade de penetração em todos os grupos sociais. A educação pública e universal teria de atingir a todos indistintamente e formar um homem múltiplo, ou seja, aquele com habilidade e competência para desenvolver interesses diversos, não só pelas letras e fórmulas matemáticas, mas também pelos princípios de liberdade, de igualdade, de cooperação e de democracia. O desenvolvimento de uma personalidade democrática em todos os indivíduos (alunos, professores, pais, administradores escolares, etc.) envolvidos com o processamento da vida escolar possibilitaria a formação de interesses coletivos e nacionais. Pode-se dizer que ele já colocava em relevo a preocupação com a formação de uma mentalidade nacional transfiguradora do país¹².

O processo civilizacional defendido por Azevedo tinha como característica fundamental a geração de uma mentalidade e de uma atitude de respeito por parte dos segmentos preponderantes em relação aos demais brasileiros. No país, vigiam indiferenças, dizia ele, gritantes das elites em relação aos grupos sociais mais empobrecidos. Muitos outros pensadores sociais já haviam dado destaque a essa indiferença. Os escritos de Euclides da Cunha (1995) e Manoel Bomfim (1931; 1993) se destacaram como obras que denunciavam a falta de interesse dos mais abastados em relação ao sofrimento social de uma parte expressiva da nação. Tais mentalidades e modos de agir refletiam a ausência de um projeto de nação, o qual era ainda uma promessa na década de 1930, constatava Azevedo. Tal situação somente poderia cambiar se houvesse um esforço incomensurável, por parte de todos os grupos sociais, para eliminar o caráter segregacionista da vida social brasileira.

O investimento em uma educação pública e universal com novos fins pedagógicos e políticos era, para ele, o caminho possível para alcançar tais objetivos. Eram necessárias novas atitudes, definidas como novas disponibilidades para agir individual e socialmente. Por isso, a educação teria de ser o caminho para alcançar tais feitos. Vê-se que, em Azevedo, o processo civilizacional é pensado como algo planejado, calculado. E a educação era o melhor lugar para estabelecer tais planejamentos.

¹¹ Fernando de Azevedo, juntamente com outros intelectuais, formaram, na década de 1930, um movimento denominado Escola Nova que objetivava definir princípios pedagógicos e políticos que ligassem, organicamente, o sistema escolar e o sistema social.

¹² É interessante observar que Norbert Elias, por caminhos muito diferentes dos de Fernando de Azevedo, também colocava em relevo na obra *O processo civilizador* a questão da diferença entre os tipos de mentalidades nacionais que vigiam na Europa. Ver: (Elias, 2001, p.66).

Sabe-se, no entanto, que essa sua visão era derivada das perspectivas teóricas spencerianas e positivistas que orientavam seus escritos. Norbert Elias afirma que as análises de longa duração revelam a impossibilidade de supor que os processos civilizacionais possam ser oriundos somente de ações planejadas e dotadas de uma mesma diretividade. Supor tais direcionalidades é considerar que todas as figurações sociais possuem as mesmas possibilidades de ações e também a mesma condição de calculabilidade de todas as ações quanto aos efeitos e resultados. No caso de Azevedo, ele supunha que era possível dotar todos os grupos sociais de uma mesma capacidade de desenvolvimento de um agir em busca da mudança social.

O otimismo de Fernando de Azevedo no que diz respeito às possibilidades dos caminhos civilizacionais serem pavimentados por uma reforma educacional profunda e própria para transfigurar o país, foi pouco a pouco perdendo fôlego. Na primeira metade da década de 1960, ele lançava mão de uma reflexão cuidadosa sobre as elites políticas e a vida política em geral, e constatava que nem no campo da educação, nem no da economia, nem no da política, era possível perceber progressos incontestes. Nesta última fase de seus escritos, ele já estava propenso a considerar que os processos de evolução e retrocessos, de avanços e recuos, de civilização e descivilização caminhavam lado a lado de modo contínuo e descontínuo.

3.- Sérgio Buarque de Holanda e os descaminhos civilizacionais detectados ao longo da história

Sérgio Buarque de Holanda utiliza a ideia de civilização agrícola e a ideia de civilização burguesa em *Raízes do Brasil* (1987) para caracterizar as peculiaridades, tanto da colonização brasileira, quanto do processo de descolonização. Este último teve alguns marcos importantes, tais como os acontecimentos políticos, ao longo do século XIX. Neles se incluíam o movimento abolicionista e alguns movimentos em prol da República. O padrão de organização social da grande lavoura, constituidor de um padrão de domínio agrário, lançou tentáculos que foram se interpenetrando na civilização urbana em ascensão. Não há, em Holanda, um corte profundo entre as duas formas civilizacionais (a urbana e a rural), elas se consubstanciavam definindo mentalidades, atitudes e procedimentos que foram se reproduzindo, se inovando, se modificando continuamente.

A civilização rural constituída ao longo do processo colonial definiu, na esfera doméstica, um princípio de autoridade que se mostrou inacessível

“às forças corrosivas que de todos os lados o atacavam. Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar, mantém-se imune de qualquer restrição ou abalo. Em seu recato isolamento pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturbá-lo ou oprimi-lo. Nesse ambiente, o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania” (Holanda, 1987, p.49).

A constituição de uma civilização urbana esteve, desde sempre, atravessada pelas dificuldades políticas implantadas por esse padrão de domínio agrário. O pátrio poder foi-se apagando, mas não o foi, com a expansão destas últimas, o personalismo, o qual sobreviveu modificando-se, inovando-se e adaptando-se às novas relações econômicas e políticas que foram surgindo, mas sem nunca perder a sua essência baseada nos “vínculos de pessoa a pessoa” (Holanda, 1987, p.30). Por isso, o autor de *Raízes do Brasil* insistia que as bases da civilização urbana industrial, no país, encontravam-se minadas. Isto porque não se constituía um padrão de organização social fundado em relações impessoais, democráticos e racionais.

“No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influências das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje. Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados em tal ambiente, compreender a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público” (Holanda, 1987, p.105).

Veja-se que Holanda tem em mente um tipo ideal de civilização urbana que não existe plenamente; todavia, essa construção ideal o ajuda a pensar as dificuldades, principalmente políticas, da sociedade brasileira que vai solidificando impossibilidades absolutas de rompimento com um padrão de domínio fundado na personalidade, no irracional, no passional.

“O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente” (Holanda, 1987, p.31).

A reflexão de Sérgio Buarque de Holanda leva à seguinte indagação: Havia, para ele, uma civilização urbana que se ia formando no Brasil ao longo de séculos? Existia, ainda, uma civilização rural que tinha existência paralela e predominante? Em suas próprias palavras, ele afirmava que havia um “predomínio esmagador do ruralismo” (Holanda, 1987, p.60). E tal prevalência devia-se não a qualquer circunstância natural do meio, mas sim ao esforço do colonizador português para manter um tipo de organização colonial que, até meados do século XVIII, acentuava mais e mais a pujança dos domínios rurais. Uma civilização urbana vai surgindo acanhada e dominada pela “ditadura dos domínios rurais” (Holanda, 1987, p.57). Isso tem consequências que vão se desdobrando nos anos posteriores.

A emergência de outro padrão civilizacional (o urbano) encontrava-se bloqueado pelo sistema senhorial que ia deixando suas marcas na política, na economia, nas funções públicas e nas demais profissões urbanas. E não só nelas, mas também nas formas de administrar o Estado, a partir de 1822 e a partir de 1889. Grande parte não só das dificuldades de formação de um serviço público, voltado aos interesses coletivos, mas também dos emperramentos na constituição de uma esfera pública, além da impossibilidade de tornarem abertos, visíveis, os enfrentamentos, os conflitos e as demandas dos segmentos populares, inscreve-se nesta dependência que as cidades têm dos domínios agrários.

A reflexão histórica de longa duração permitia-lhe demonstrar, dessa maneira, que não havia uma linearidade, uma diretividade urbana que apagasse os traços do passado agrário. Há coexistências e permanências do velho sistema senhorial que vão se fixando no interior das novas configurações (Estado, família, escola, instituições políticas e econômicas, movimentos políticos e sociais, etc.) que vão emergindo com a acentuada expansão do mundo urbano. Há uma mentalidade anticivilizacional que vigorava nos domínios rurais e não foi derrotada pela emergência das atividades predominantemente urbanas.

E por que era essa uma mentalidade anticivilizacional? Porque ela operava sempre no sentido de negar a possibilidade tanto de formação de uma administração pública democrática quanto de sedimentação de práticas democráticas e antioligárquicas. A mentalidade de casa grande que “invadiu as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes” (Holanda, 1987, p.56) teria sido um antídoto

eficientíssimo contra qualquer projeto civilizacional voltado para criar um padrão de organização social e de domínio democrático.

A dificuldade, no Brasil, de constituição de um Estado democrático capaz de se ocupar, de fato, de um projeto coletivo e/ou de interesses coletivos, base para qualquer projeto civilizador, cresceu porque o Estado, no Brasil, desde os seus primórdios, organizou-se de maneira a responder somente aos interesses particularistas. Interesses particulares e interesses públicos foram sempre entendidos, pelos dirigentes, como complementares e não como opostos. Houve dificuldade de tomar essas duas esferas de interesses como de natureza oposta, distinta. Não se deu vazão, assim, a qualquer aprendizado social voltado para conter os impulsos e as pulsões particulares. Formar, então, um projeto coletivo com possibilidade de gerar uma atitude favorável a melhorias sociais que atinjam a todos indistintamente torna-se extremamente dificultoso. A autorregulação individual e social tem grandes impedimentos para se efetivar. A dificuldade, ao longo da história, de sedimentação de atitudes pautadas na observância de leis, normas e regras orientadas pelos interesses sociais e coletivos indica a inexistência de um padrão de regulação individual e social.

Há uma lógica descivilizacional que vai se perpetuando ano após ano. Numa entrevista intitulada *A democracia é difícil*, em 1976, 40 anos após a publicação de *Raízes do Brasil*, Sérgio B. de Holanda busca demonstrar que o exame dos muitos procedimentos políticos que foram adotados no que diz respeito ao voto, às eleições, ao sistema representativo, à educação, à economia, etc. deixava evidenciada uma indisponibilidade para reverter a lógica descivilizacional.

“Pela Constituição de 1824, os escravos, (...) os religiosos em regime claustral, as mulheres e os menores não votavam. Ela permitia o voto dos analfabetos, dos libertos. O censo pecuniário (mínimo de renda mensal para poder votar) era 100 mil réis – Esta quantia só os indigentes não conseguiam obter. Havia duas espécies de participantes do processo eleitoral: os votantes que tinham o direito de escolher os eleitores; e estes, que, por sua vez, elegiam os deputados e senadores. (...) Na década de 1870, em pleno Segundo Reinado, os partidos Liberal e Conservador se uniram para lutar por eleições totalmente diretas. Com a passagem dos votantes, grande maioria da população, para a condição de eleitores, entretanto, a democracia sofreu um golpe, pois a renda mínima foi muito aumentada (400 mil réis sujeito a comprovação). (...) O período republicano se iniciou entre nós com uma vitória de Rui Barbosa: o chamado censo literário, com que, (...) se barrou o acesso dos analfabetos ao voto. Um dos argumentos do grupo vitorioso era o de que uma parte da população ainda não estava preparada para participar do jogo democrático” (Holanda, 1976, p.4).

Por fim, pode-se dizer que Holanda deu centralidade à questão democrática, em seus estudos sobre as dificuldades de formação de um projeto civilizacional reordenador do país nas suas diversas esferas. O centro de seu debate situa-se na dificuldade de alcançar, no país, um equilíbrio de poder eficaz para desmontar aos poucos as forças privatistas e oligárquicas que se instalaram no Estado e faz dele o lócus de suas vontades particulares e não o lócus dos interesses coletivos. Até o final da década de 1970 não se viam, segundo ele, grandes avanços rumo a um novo equilíbrio de poder em que os setores populares tivessem, de fato, canais de participação e de comunicação com os segmentos dirigentes e dominantes. Somente tais canais ajudariam a criar formas de balizamento das ações daqueles que detinham, em suas mãos, poderes exorbitantes para fazer com que somente os seus interesses prevalecessem.

Pode-se perguntar: Para Holanda, o país estaria, então, condenado, a manter os processos descivilizacionais sobrepondo-se aos processos civilizacionais? Não necessariamente. Todavia, inverter essa lógica era o grande desafio que o país teria

ainda de enfrentar durante décadas. Essa era a grande revolução que o país teria de passar para construir uma nação voltada para os interesses coletivos que abrigassem em si a capacidade de potencializar uma sociedade mais igualitária, mais inclusiva e mais democrática.

4.- Raymundo Faoro e os procedimentos patrimonialistas como a negação de um processo civilizacional

A linha de raciocínio que percorre todos os materiais (livros¹³, artigos¹⁴, entrevistas¹⁵) produzidos por Raymundo Faoro, ao longo da segunda metade do século XX, é a seguinte: há um capitalismo orientado por um patrimonialismo estatal que eterniza uma indiferença absoluta, entre os segmentos dominantes e dirigentes, em relação a qualquer possibilidade de construção de um projeto de nação inclusivo e democrático. Entre os pensadores sociais brasileiros, Faoro é um dos que mais se ateve à dificuldade de distribuição de poder no país. Durante 50 anos, ele esteve voltado para compreender historicamente como foram barradas as iniciativas populares de expansão dos espaços onde pudesse implantar-se uma condição cidadã substantiva. A inexistência de um projeto de nação perpetuou um tipo de Estado e de governança que opera de modo a eternizar uma lógica excludente, já que “do Estado parte a direção da política: a ação dos indivíduos tem uma esfera de ação prévia e fixamente demarcada. Em outras palavras, os detentores do poder governam para os detentores do poder, excluindo os cidadãos” (Faoro, 1991a, p.27).

A insistência nas dificuldades de distribuição do poder não queria dizer, porém, que Faoro não reconhecia as investidas havidas, por alguns segmentos sociais, ao longo da história, para ampliar o espaço público e, portanto, as práticas cidadãs. Ao analisar as diversas assembleias constituintes instauradas no país, ele constatava que a luta pelo espaço político esteve sempre presente, o que revelava que havia muitas disputas tentando tanto impulsionar lutas por reconhecimento de direitos quanto conter a expansão e a efetivação desses últimos.

“Sem contar as Constituições dos anos 7 (37 e 67), Constituições apenas no nome, em todas as outras houve uma constante: a luta pelo espaço político. Em 1823, d. Pedro resolveu o falso impasse: dissolveu a Constituinte. Deodoro, em 1890-91, Dutra, em 46, ao que se sabe, se nada escondem as crônicas e as memórias, teriam sido os dois chefes de Estado que mais acataram o poder constituinte. O velho marechal, nos debates íntimos, sofre alguns arrebatamentos cívicos e castrenses, logo contidos pelo respeito ao seu conselheiro, Rui Barbosa. Nos dois casos, ao contrário de D. Pedro e Getúlio -, a supremacia constituinte não era posta em dúvida, quer pela espada, quer pela caneta nomeatória e corruptora” (Faoro, 1987, p. 33).

Referindo-se às lutas por efetivação de direitos e de uma cidadania substantivamente assentada na ampliação do espaço político e na expansão da esfera pública que fosse pouco a pouco vencendo as exclusões, Faoro elucidava, ao longo de suas obras, que algumas figurações (Estado, Partidos, burocracia) tinham de ser estudadas cuidadosamente para se compreender como elas teriam agido, ao longo da história, para

¹³ Ver: (Faoro, 1981; 1989; 1994)

¹⁴ Raymundo Faoro foi colunista de revistas de circulação nacional (IstoÉ; Senhor; IstoÉ/Senhor, Carta Capital) durante as décadas de 1980 e 1990. Em tal condição, ele produziu um artigo por semana analisando a conjuntura política nacional no decorrer de mais de 20 anos.

¹⁵ Foram muitas as entrevistas de Faoro para revistas e jornais. Suas entrevistas publicadas nas revistas IstoÉ, Senhor e IstoÉ/Senhor foram editadas recentemente em: (DIAS, 2008). Ver ainda: (Faoro, 2000).

rechaçar o desenvolvimento de todo e qualquer projeto de modernidade que tinha como característica essencial a efetiva distribuição de poder entre os diversos segmentos sociais.

Faoro distingue os processos de modernidade e os de modernização. No Brasil, estes últimos teriam sido postos em andamento em muitos momentos, todavia, aquele primeiro nunca se havia instaurado, efetivamente. No texto *A modernização nacional* (1994), ele afirmava que os processos de modernizações são facilmente reconhecíveis, já que eles

“se circunscrevem ao tempo circular, com uma memória condicionada ao tempo precário, que dura enquanto outra onda se sobrepõe à atual, desfazendo-se ambas. A história que daí resulta será uma crônica de déspotas, de governos, de elites, de castas, de estamento, nunca a história que realiza, aperfeiçoa e desenvolve. A história, assim fossilizada, é um cemitério de projetos, de ilusões e de espectros” (FAORO, 1994, p. 112).

Na verdade, as modernizações teriam atuado como “contraprocessos descivilizacionais” nos moldes expostos por Norbert Elias (2006). Isso porque elas impulsionaram mudanças reprodutoras, em cada uma das ondas modernizantes, de uma lógica excludente e autoritária. “Na modernização não se segue o trilho da ‘lei natural’, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança” (FAORO, 1994, p.99). A imposição desta última tem sido, no país, um terreno fértil para minar a emergência de novas forças aptas para abrir espaços políticos nesse maciço padrão de domínio excludente que vigora no país.

As desigualdades sociais e políticas têm sido mantidas através de um perene tolhimento da capacidade transformativa de algumas figurações específicas, tais como movimentos sociais e outras organizações políticas (associações de classe e interesses diversos, sindicatos, partidos, etc.) voltadas para a expansão de procedimentos democráticos. Em centenas de artigos e entrevistas publicados nas décadas de 1970, 1980, 1990, Faoro mostrava como iam se formando, no país, figurações especificamente voltadas para impulsionar, num quadro de Estado de exceção, mudanças políticas e como tais figurações iam sendo abaladas na sua capacidade transformativa pelas figurações políticas voltadas para a manutenção do *status quo*.

A dificuldade de haver uma expansão da capacidade transformativa das figurações políticas (organizações da sociedade civil empenhadas na democratização das relações de poder) estava estreitamente ligada, para Faoro, ao fato de que o Estado como consciência de si era inexistente. O que haviam sedimentado aqui eram “aparelhos e mecanismos impostos de fora, para assegurar a paz, a prosperidade, sempre de modo precário e repressivo¹⁶” (Faoro, 1999, p. 26).

A eternização de procedimentos e práticas autoritárias ligava-se diretamente, segundo ele, à ausência de um Estado como consciência de si que favorecia um enorme desequilíbrio entre os interesses públicos e privados. A análise dos procedimentos políticos, desencadeados ao longo da República no Brasil, indicava que a concentração do poder nas mãos de alguns segmentos sociais era consequência direta da não-prevalência do interesse público na gestão do Estado.

“Existe um Estado, segundo o tipo ideal, na voz de Hegel, em que os interesses privados dos cidadãos estão em harmonia com o interesse comum, quando um se sente realizado pelo outro. Adverte, para a ressalva da liberdade, que isso não impede o desequilíbrio entre o interesse privado e o público, resultando a fusão de um com o outro no Estado despótico. Em outras palavras, o Estado existe se os cidadãos têm consciência de que,

¹⁶ “O que está na essência de todas as modernizações, como as de 1937 e 1946, bem como das pequenas modernizações, vendidas a varejo, é a convicção de que a sociedade pode ser desenhada com uma providência enérgica, ainda que imposta goela abaixo” (FAORO, 1990, p.23).

além da cobiça e da agressão particular, há um interesse público que deveria ser preservado, em toda a vida da sociedade. Só a partir desse momento, entra-se no terreno da história, que supõe fases que se continuam e caminham para um fim – fim ainda que desconhecido” (Faoro, 1999, p.26).

Através da análise do cotidiano da vida política no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, Faoro detectava a persistência de um padrão de organização social que empurrava para longe a possibilidade de abrir caminhos através dos quais seja possível construir um projeto de nação onde a cidadania não fosse meramente uma formalidade. A modernidade¹⁷, ainda não alcançável no país, somente se efetivaria se houvesse, no futuro, uma “confluência entre o Estado e a sociedade civil” (Faoro, 2000a, p.31). Isso porque somente há um processo de constituição da modernidade se houver um comprometimento “no seu processo, [de] toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais” (FAORO, 1994, p.99).

Conquanto Faoro não empregue a expressão processo civilizador, reconhecem-se, em sua discussão sobre modernidade, pontos de contato com as reflexões de Norbert Elias, apesar de não se ter encontrado em seus inúmeros escritos, qualquer referência ao pensador alemão. Grosso modo, pode-se dizer que é possível traçar um paralelo entre suas propostas de análise em vista das perspectivas históricas que orientam as suas indagações sobre a vida social. De modo mais específico, pode-se ver que as discussões que os dois sustentam, sobre poder, Estado e nação, têm um núcleo comum: a distribuição de poder entre governantes e governados e a busca de um maior equilíbrio de poder entre os diversos segmentos sociais (Elias, 2006b). Há cidadania substantiva, há um Estado com consciência de si, há um projeto de nação, quando há processos de distribuição e equilíbrio do poder em andamento. Sem isso, não há processo civilizador na esfera política, segundo Elias. Sem isso não há processo de modernidade, segundo Raymundo Faoro¹⁸.

5.- Celso Furtado e a concentração de poder no mundo atual: em cursos processos descivilizacionais?

Ao longo de 50 anos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o início do século XXI, Celso Furtado ocupou-se, em inúmeros escritos, com a reflexão acerca da concentração do poder e da riqueza e com a fragilização das lutas políticas empenhadas em melhorias coletivas. Um aspecto que chama a atenção em seus escritos é a sua insistência em entender esse processo em face da conjuntura nacional e internacional. Portanto, processos (des)civilizacionais foram discutidos, por ele, em razão tanto da interdependência entre as diversas nações, Estados e países, quanto dos jogos configuracionais que foram se estabelecendo internamente no Brasil ao longo de sua história.

Ele constatava que no Brasil, ao longo de sua história, nunca tinha havido qualquer processo duradouro de desconcentração do poder e da renda. O desequilíbrio de poder e de riqueza nunca fora vencido, ainda que parcialmente. Sua constatação era a de que todos os ciclos econômicos (cana de açúcar, ouro, café, indústria) tinham como

¹⁷ A modernidade só pode emergir como uma “ruptura, construindo, sobre a ruína das autocracias o desenvolvimento, capaz de se sustentar com o movimento próprio, eliminando, juntamente com os males antigos, os males modernos” (FAORO, 1994, p.113).

¹⁸ No âmbito deste artigo não é possível aprofundar as análises sobre Raymundo Faoro. Ver: (Rezende, 2009; 2009^a)

característica a perpetuidade da concentração da renda que se explicava, dizia ele, através de um exame minucioso das dificuldades de desmontar um padrão de domínio e de organização social que se assentava, essencialmente, em relações de poder, de mando e decisão com capacidade de imobilizar, destruir, rechaçar e controlar todas as tentativas de construir ações voltadas aos interesses coletivos (Furtado, 1992; 1998; 1999; 2002).

Suas análises procuravam dar visibilidade às ações dos diversos grupos sociais que agiam tanto para impulsionar mudanças substanciais quanto para rechaçar a efetivação de toda e qualquer modificação que fosse afetar a permanência de relações de poder oligárquicas e excludentes. Analisando as ações dos movimentos da sociedade civil em prol de avanços democráticos na década de 1950, ele constatava que os segmentos oligárquicos não mediam esforços para impedir que toda e qualquer reforma fosse posta em andamento. O temor era de que as reformas de base, reivindicadas por diversos setores sociais organizados, viessem a possibilitar um desmantelamento da ordem excludente e desigual em vigor.

Assim como Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, ele também constatava, através do exame detalhado de ações de resistência à mudança por parte de grupos com poder de mando e decisão, que o desequilíbrio de poder, no Brasil, estava demasiadamente arraigado. A distribuição de poder e de oportunidades encontrou-se sempre bloqueada, no país. Se os canais de participação eram impedidos de se formar - veja-se o que ocorreu a partir do golpe militar de 1964 - o que dizer, então, dos canais de comunicação que deveriam ser construídos entre os diversos segmentos sociais para tornar possível o balizamento das decisões daqueles que detinham o poder?

No Brasil, mesmo no limiar do século XXI, os recursos de poder encontravam-se irremediavelmente concentrados nas mãos de uma minoria, o que tinha de ser analisado em razão tanto de um passado que tendeu, século após século, década após década, a aprofundar o desequilíbrio de poder e de riqueza, quanto de uma conjuntura atual, a globalização, que dava sinais, já no início da década de 2000, de aprofundamento da concentração de recursos e de poder. Expõe ele:

“(...) Durante muito tempo a sociedade civil, particularmente ali onde floresceram as organizações sindicais, desempenhou o papel de contrapeso do poder do capital, o qual foi se metamorfoseando em poder financeiro. Esse processo evolutivo, baseado num equilíbrio de forças, levou a modificações importantes na distribuição da renda social, sem contudo afetar de forma significativa o conteúdo das estruturas produtivas. Foi de grande importância o papel desempenhado pelo Estado nacional na configuração das sociedades capitalistas modernas. Esse processo evolutivo abriu espaço para a concentração do poder econômico e para a emergência das estruturas transnacionais. [Estas últimas] debilitam progressivamente os Estados nacionais, suporte das forças que operam no sentido de reduzir as desigualdades sociais. Prevalece a doutrina de que a estrutura social é legitimada pela aceitação de riscos. Presenciamos um processo de concentração de renda e poder sob o comando de grandes empresas desligadas de compromissos com a sociedade civil. O agravamento das tensões sociais leva a pensar que pode estar se preparando uma crise de grandes dimensões, cuja natureza nos escapa. Ainda não sabemos como enfrentá-la”(FURTADO, 2002, p.9-10).

Não se deve supor que Celso Furtado estivesse defendendo, no início da década de 2000, que o Estado estava enfraquecendo-se neste contexto de globalização tecnológica e financeira. Em uma entrevista em 2002, ele refutava inteiramente esta tese dizendo que não se tratava disso, mas sim da prevalência de uma orientação da ação do Estado que canalizava uma enormidade de recursos em favor de alguns interesses prevaletentes, tais como, aqueles vinculados à especulação financeira. “O Estado continua a crescer no

mundo inteiro. (...) Portanto, dizer que o Estado está desaparecendo é uma bobagem. Mas é preciso modificar a orientação da ação do Estado” (Furtado, 2002^a, p.31-2).

Havia convicção nos escritos de Furtado de que o desequilíbrio de poder, em favor de alguns grupos, em qualquer sociedade, ficava evidentemente refletido no tipo de orientação da ação do Estado. Esta última, no Brasil, pedia sempre favoravelmente para alguns setores que manejavam os recursos públicos favoravelmente aos seus interesses particulares. Ele afirmava, em *A fantasia organizada* (1997) que a reversão de tais condições tinha-se mostrado difícilíssima no país. Nas suas atuações, à frente da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), a partir do final da década de 1950, tinha sido possível constatar como estava cristalizada, nos setores dominantes e dirigentes daquela região, a certeza de que os recursos públicos deveriam ser aplicados em favor de seus interesses. Todo e qualquer questionamento das ações do Estado que canalizavam tais recursos a eles era atacado com veemência pelos segmentos oligárquicos.

Isso demonstrava que “os efeitos das mudanças políticas em curso [na década de 1950 e início da de 1960], eram imperceptíveis, e as velhas estruturas sociais continuavam tão visíveis quanto as ossaturas dos organismos esqueléticos” (FURTADO, 1997, p. 128). Tal quadro só pode ser compreendido numa condição de “atrofia da vida política” (Furtado, 1997) que tem se perpetuado por séculos e séculos e tem fixado um quadro perene de orientação da ação do Estado em favor de alguns segmentos sociais. A concentração do poder nas mãos de determinados estratos funda-se, segundo ele, na petrificação das relações sociais, já que não é possível o desenvolvimento de ações políticas fortificadoras, de modo duradouro, do confronto de interesses. Apenas este último poderia reinventar, segundo ele, a prática social e política.

“Somente a criatividade política [impulsionada] pela vontade coletiva poderá produzir a superação desse impasse. Ora, essa vontade coletiva requer um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso, o desenvolvimento futuro não se alimentará da autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação” (FURTADO, 2002, p.36).

Assinale-se que Celso Furtado empenhava-se em compreender historicamente como foram bloqueados os processos de distribuição de poder e de oportunidades no Brasil. A seu ver, tal bloqueio devia-se à atrofia e/ou mesmo à paralisação da vida política no país. Aquela se transformou nesta no período pós-1964. Em tais condições, os recursos de poder estiveram sempre concentrados em algumas mãos somente. Em *Dialética do desenvolvimento* (1964), ele demonstrava que, sem ações políticas que expressassem o confronto de interesses, não haveria qualquer possibilidade de reconfigurar a distribuição do poder no Brasil. Se uma parte expressiva da população não possuía canais de participação e muito menos canais de comunicação que tornassem viável intervir nas decisões daqueles que detinham o poder, não haveria a menor possibilidade de reinventar a prática social e política.

Comparando-se os escritos de Norbert Elias sobre o processo civilizador – expresso na distribuição do poder, no surgimento de agremiações políticas eficazes, na construção de canais de participação e de comunicação entre os governantes e os governados, na reciprocidade da dependência entre os que tomam decisão e os que são atingidos por elas, no equilíbrio de poder entre os muitos estratos sociais, na crescente mutabilidade das relações de poder, na possibilidade de surgimento de ações políticas reivindicativas que não sejam tolhidas e esmagadas pela repressão e autoritarismos, na legitimidade da disputa política e na crescente interdependência entre os diversos segmentos sociais -

com as discussões de Celso Furtado sobre os parâmetros econômicos e políticos que estruturavam as dificuldades de mudança na vida política brasileira, verifica-se que há preocupações absolutamente similares.

Tal similitude advém da preocupação de Celso Furtado com a transfiguração do Estado nacional através de um redirecionamento de suas ações em favor dos interesses coletivos. Aumentar os espaços políticos nos quais os indivíduos e os grupos pudessem movimentar-se rumo a mudanças substanciais no Brasil era o grande desafio. A superação de uma sociedade autoritária só poderia ocorrer com a ascensão dos setores populares à arena política. Enquanto houvesse indisponibilidade para enfrentar as diferenças de acesso aos mecanismos de decisão e aos desequilíbrios de poder não poderia haver qualquer avanço, no país, para o afloramento e efetivação de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. O contexto atual é, para ele, negador de avanços neste sentido. Há uma conjuntura inteiramente desfavorável, não somente para o Brasil, mas para muitos outros países, para a aplicação de ações desconcentradoras do poder e da renda. Utilizando-se a terminologia de Norbert Elias, pode-se dizer que o processo civilizacional encontra-se bloqueado. Isso porque, no limiar do século XXI, é visível uma desarticulação da

“ação sincrônica dessas forças que garantiram no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Quanto mais as empresas se globalizam, quanto mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a fugir do controle das instâncias políticas. Voltamos assim ao modelo do capitalismo original, cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos no estrangeiro. Em suma, o tripé que sustentou o sistema de poder dos Estados nacionais está evidentemente abalado, em prejuízo das massas trabalhadoras organizadas e em proveito das empresas que controlam as inovações tecnológicas. Já não existe o equilíbrio garantido no passado pela ação reguladora do poder público. Disso resulta a baixa participação dos assalariados na renda nacional de todos os países, independentemente das taxas de crescimento” (FURTADO, 2001, p. 29).

Verifica-se que Norbert Elias (2006b) seria um pouco mais otimista que Furtado, já que para ele a nação é um tipo de integração específico, mas a sua constituição não pode ser vista como a última fase do desenvolvimento do Estado. Podem estar em curso outros modos de integração pós-nacional que dará continuidade ao processo civilizador vigente nos últimos séculos. Ou seja, podem surgir outras formas, não situadas necessariamente no âmbito nacional, de combate à concentração de poder, rendas e recursos oriundos do processo de globalização.

6.- Considerações finais

A noção de diretividade histórica alinhavava e desalinhava as reflexões dos quatro pensadores sociais acerca da possibilidade de o país galgar caminhos através dos quais pudesse construir projetos civilizacionais. Em alguns momentos, Fernando de Azevedo parecia crer numa evolução inexorável. Seus textos da década de 1940 e 1950 pareciam não ter dúvidas das possibilidades de serem geradas, no país, todas as condições econômicas, políticas e educacionais para a inclusão de todos num projeto de nação democrático. Todavia, tal percepção não durou muito, pois no início da década de 1960 ele já se apresentava desanimado com os rumos da vida social e política brasileira. Desfazia-se, então, a sua crença numa progressividade diretiva.

Celso Furtado concebia o projeto civilizacional como algo que poderia tomar inúmeras direções. Se a história é um processo aberto não há como ter certezas absolutas sobre os (des)caminhos das mudanças que eram geradas na segunda metade do século XX. Porém, há, em seus textos, em alguns momentos, a crença numa espécie de diretividade não-linear que se assentava na possibilidade de superar o subdesenvolvimento, mantido por um padrão de organização social e de domínio político perpetuador de todas as formas de exclusões e de desigualdades. Para ele, a distribuição de rendas, de recursos e de poder deveria ser o âmago de um projeto civilizacional que visasse criar uma nação impulsionadora de um desenvolvimento social propiciador de bem-estar a todos indistintamente. Todavia, principalmente em seus textos a partir da década de 1990 (1992; 1999; 2001; 2002), conquanto tivesse ainda a convicção de que o “conceito de desenvolvimento [permitia] afirmar que o homem é um elemento de transformação” (Furtado, 2002, p.77), ele passava a considerar com maior ênfase que as estruturas de privilégios pareciam cada vez mais irremovíveis. Em tais condições, como continuar perseguindo um projeto mais igualitário e democrático de sociedade?

Pode-se dizer que Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro também tinham suas reflexões assentadas sobre um pano de fundo teórico em que se destacavam os debates acerca das (im)possibilidades civilizacionais do país. Poderia o Brasil construir um projeto democrático e inclusivo? Poderia ele vencer os vícios políticos e os procedimentos autoritários? Seria possível imaginar que o país alcançaria uma condição mais igualitária? Caso fossem possíveis tais mudanças, elas se dariam numa lógica diretiva? Sérgio Buarque de Holanda numa entrevista, em 1976, intitulada *A democracia é difícil*, publicada 40 anos após o livro *Raízes do Brasil*, demonstrava-se convicto de que era impossível supor, no que diz respeito à construção da democracia, qualquer linearidade e/ou diretividade. Nos anos 60s e 70s, do século XX, era visível que as forças sociais detentoras de posições de domínio e de poder empurravam para longe a possibilidade de emergirem processos duradouros de mudança social.

Raymundo Faoro, por sua vez, na segunda edição de *Os donos do poder*, publicou um capítulo destinado a demonstrar o quão circular eram os processos de mudança no país. Pode-se dizer que há muita semelhança entre o que Faoro considerava projeto de modernidade - o qual era distinto de um projeto de modernização- e o que Norbert Elias (1994; 1998) denominava projeto civilizacional. Isso porque, tanto para aquele quanto para este o núcleo central de um projeto civilizador é a distribuição do poder. Quanto mais os recursos de poder estiverem nas mãos de alguns grupos que desenvolvem todo tipo de manobra para monopolizar, em favor somente de seus interesses, as posições de poder, mais esta sociedade tem dificuldade de ver frutificar processos de mudanças que fomentem uma distribuição mais equitativa do poder e da renda.

No Caso do Brasil, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda trabalharam incansavelmente para fazer ver o quanto eram mal-distribuídos, entre os diversos grupos, tais recursos de poder. Norbert Elias (2006; 2006b; 2001) demonstrou que ao longo da história as sociedades só se civilizaram em razão da existência de canais não apenas de participação, mas, principalmente, de comunicação entre os segmentos que detêm o poder e os demais grupos sociais. Todavia, não basta a existência de tais canais, pois é necessário influenciar, de fato, as decisões daqueles que estão no poder.

Holanda evidenciou que a existência de figurantes mudos no país – aqueles que só se manifestavam nas eleições através do voto para, em seguida, desaparecer da arena política - era a prova cabal da concentração de poder e das dificuldades de criar outra forma de sociabilidade política questionadora da não-distribuição do poder no país. Faoro examinava, ao longo da história da feitura das constituições, como se fixavam os elementos definidores de uma cidadania formal e como, ao mesmo tempo, os setores dirigentes e dominantes empurravam para longe qualquer possibilidade de fixação de

espaços de uma cidadania substantiva, a qual está pautada na distribuição de poder que foi sempre descartada, ao longo da história política do país.

Referências Bibliográficas

- (1958) AZEVEDO, Fernando de. *Novos Caminhos e novos fins*. São Paulo, Melhoramentos
- (1962) AZEVEDO, Fernando de. *A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios*, Ed. Melhoramentos, São Paulo
- (1996) AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*, ED. UFRJ/UNB, Rio de Janeiro, Brasília
- (1935) BASTIDE, Paul Arbousse. Cultura e matéria. Que é cultura. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 jun. P. 35.
- (1931) BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro
- (1993) BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*, Ed. Topbooks, Rio de Janeiro
- (2005) CARVALHO, Alonso B. de e BRANDÃO, Carlos F. *Introdução à sociologia da cultura: Max Weber e Norbert Elias*, Ed. Avercamp, São Paulo
- (1995) CUNHA, Euclides da. *Os sertões*, Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro
- (1929) DEWEY, John. *The quest for certainty: a study of the relation of knowledge and action*, Ed. Minton, Blach & Co. Nova York
- (2008) DIAS, Maurício (org.) *Raymundo Faoro: a democracia traída (Entrevistas)*, Ed. Globo, São Paulo
- (2006) DONATELLA, Cesare di. *Wilhelm Von Humboldt y el Estudio filosófico de las lenguas*, Antropos/Editorial de Hombre, Madrid
- (1912) DURKHEIM, Emile. Civilisations et types de civilisations. Note sur la notion de civilisation. In *l'Année*, Ed. Félix Alcan, Paris, p.46-50.
- (1994) ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*, Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, V.2.
- (1998) ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro
- (2001) ELIAS, Norbert. Tarde demais ou cedo demais: notas sobre a classificação da teoria do processo e da figuração. In *Norbert Elias por ele mesmo*. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro. P. 144-163.
- (2006) ELIAS, Norbert. Conceitos sociológicos fundamentais: civilização, figuração, processos sociais. In NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) *Escritos & Ensaios*, Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro. P.21-33.
- (2006^a) ELIAS, Norbert. Tecnização e civilização. In NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) *Escritos & Ensaios*. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, P.35-67.
- (2006^b) ELIAS, Norbert. Processos de formação de Estados e construção de nações. In NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) *Escritos & Ensaios*, Ed. Jorge zahar, Rio de Janeiro, P.153-165.

- (1981) FAORO, Raymundo. *Assembleia Constituinte: a legitimidade recuperada*, Ed. Brasiliense, São Paulo
- (1987) FAORO, Raymundo. Uma conta extravagante. *Senhor*, São Paulo, n.339, p.33, 15 set.
- (1989) FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, Ed. Globo, Rio de Janeiro.
- (1990) FAORO, Raymundo. Réquiem para mais um plano. *IstoÉ/Senhor*. São Paulo: n. 1095, p. 23, 12 set.
- (1991) FAORO, Raymundo. A triste “modernização”. *Isto É/Senhor*. São Paulo: n. 1113, p. 47, 23 jan. 1991.
- (1991^a) FAORO, Raymundo. Enquanto o senhor lobo não vem. *IstoÉ/Senhor*. São Paulo: n. 1140, p.27, 31 jul. 1991^a.
- (1994) FAORO, Raymundo. A modernização nacional. In *Existe um pensamento político brasileiro? Ed. Ática*, São Paulo. p. 95-115.
- (1999) FAORO, Raymundo. A rotina da corrupção. *Carta Capital*, São Paulo, n.98, p. 26, 26 maio.
- (2000) FAORO, Raymundo. Entrevista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 maio. Caderno Mais, p. 6-13.
- (2000^a) FAORO, Raymundo. O Brasil é otário: entrevista. *Carta Capital*, São Paulo, n.137, p.28-31, 06 dez.
- (2010) FATTON JR, Robert. Terremoto pode ser uma oportunidade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jan. Caderno A, p.16.
- (1964) FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*, Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro
- (1992) FURTADO, Celso. *Brasil, a construção interrompida*, Ed. Paz e Terra, São Paulo
- (1997) FURTADO, Celso. A fantasia organizada. In *Obra autobiográfica*, Ed. Paz e Terra, São Paulo, p. 87-359.
- (1998) FURTADO, Celso. *O capitalismo global*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro
- (1999) FURTADO, Celso. *O longo amanhecer*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro
- (2002) FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro
- (2002^a) FURTADO, Celso. *Entrevista por Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola*, Ed. Eduerj, Rio de Janeiro
- (2009) GEBARA, Ademir. Civilización y descivilización en América Latina: el caso brasileño. In KAPLAN, C. y ORCE, V. (coords.) *Poder, prácticas sociales y proceso civilizador: los usos de Norbert Elias*, Ed. Noveduc, Buenos Aires, P.25-32.
- (2008) GEBARA, Ademir. Portugueses, jesuítas y la educación de los indios bravos y bárbaros. In KAPLAN, Carina (org.) *La civilización en cuestión: escritos inspirados en la obra de Norbert Elias*, Ed. Nino y Dávila, Buenos Aires, P. 51-80.
- (2005) GEBARA, Ademir. Em torno da questão cultural e da educação: os processos civilizadores. In CARVALHO, Alonso B. de e BRANDÃO, Carlos F. *Introdução à sociologia da cultura: Max Weber e Norbert Elias*, Ed. Avercamp, São Paulo, P. 105-118.
- (2008) GOODY, Jack. *O roubo da história*, Ed. Contexto, São Paulo

- (1972) HOLANDA, Sérgio Buarque de. O poder pessoal. In *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico; do Império à República*, Ed. Difel, São Paulo. T.2, v.5, livro 2. P.72-8.
- (1972^a) HOLANDA, Sérgio Buarque de. A democracia improvisada. In *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico; do Império à República*, Ed. Difel, São Paulo, 1972a. T.2, v.5, livro 2. P.79-87.
- (1976) HOLANDA, Sérgio Buarque de. A democracia é difícil. *Veja*, São Paulo, n.386, p.3-6, 28 jan. Entrevista.
- (1987) HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro
- (2009) HUMBOLDT, Wilhelm Von. *Los limites de la acción del Estado*, Ed. Tecnos, Madrid
- (1998) HUMBOLDT, Wilhelm Von. *Diário de viagem a Espanha: 1799-1800*, Ed. Catedra, Madrid
- (2008) KAPLAN, Carina (org.) *La civilización en cuestión: escritos inspirados en la obra de Norbert Elias*, Ed. Nino y Dávila, Buenos Aires
- (2009) KAPLAN, Carina y ORCE, Victoria (Coords). *Poder, prácticas sociales y proceso civilizador: los usos de Norbert Elias*, Ed. Noveduc, Buenos Aires.
- (1967) MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico de nosso tempo*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro
- (1972) MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*, Ed. Mestre Jou, São Paulo
- (1931) MAUSS, Marcel. Les civilisations éléments et forms. In *Civilisation. Le mot et l'idée*, Ed. Renaissance du livre, Paris
- (2005) REZENDE, Maria José de. Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo. *Cronos*, Natal-RN, v.5/6, n.1/2, p.173-192, jan./dez.
- (2003) REZENDE, Maria José de. Educação e mudança social em Fernando de Azevedo. *Acta Scientiarum*, Maringá, v.25, n.1, p.73-85.
- (2009) REZENDE, Maria José de. Las dificultades para desmontar las prácticas autoritarias en Brasil: e análisis de Raymundo Faoro sobre el inicio del proceso de "apertura" política em 1980. *Polis*, Iztapalapa (México), v.5, n.2, p.49-77.
- (2009^a) REZENDE, Maria José de. A circularidade do autoritarismo no Brasil: a leitura do jurista Raymundo Faoro sobre alguns impasses políticos vindos à tona na década de 1990. *Reflexión Política*, Bucaramanga (Colômbia), n.22, p.17-33.
- (1997) SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Parte I). *Mana*, Rio de Janeiro, v.13, n.1, jan.abr. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci> . Acessado em 23/02/2010.
- (1970) TEIXEIRA, Anísio. Democracia como forma humana de vida. In DEWEY, J. Liberalismo, liberdade e cultura, Ed. Nacional, São Paulo. p. 5-8.
- (1960) WEBER, Alfred. *Historia de la cultura*, Ed. Fondo de Cultura Económica, México.